

A democracia devorada pelo ódio fascistóide

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo:

O artigo analisa as contradições e limites da democracia liberal, incapaz de estabelecer um projeto institucional comprometido com o bem comum e que, por suas próprias deficiências, permite o florescimento acelerado de disposições políticas disruptivas, obscurantistas e reacionárias.

Palavras-chave: Democracia Liberal; Autoritarismo; Reacionarismo; Truculência.

Democracy devoured by fascist hatred

Abstract:

The article analyzes the contradictions and limits of liberal democracy, unable to establish an institutional project committed to the common good and which, by its own shortcomings, allows the accelerated flowering of disruptive, obscurantist and reactionary political provisions.

Key words: Liberal Democracy; Authoritarianism; Reactionism; Truculence.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ. Professor do Curso de Administração da FACC-UFRJ.

Sem direitos de cidadania efetivos a democracia
é apenas uma ditadura mal disfarçada
(SANTOS, 2011, p. 125).



Introdução

Após o fim da dita Guerra Fria, lançou-se ao vento a tese de que adentraríamos em uma gloriosa era hegemônica de democracia liberal, concretizando assim o projeto da Modernidade e seus valores essenciais como laicidade, constitucionalidade, consolidação dos direitos humanos, tolerância e cosmopolitismo. Essa seráfica utopia esvaiu-se com a dura realidade marcada pela consolidação de agendas políticas reacionárias, autoritárias, militaristas, xenofóbicas, negacionistas e, tanto pior, intrinsecamente irmanadas com caracteres fascistóides. A celebrada democracia liberal não consegue assim alçar voo. A grande questão a ser debatida consiste em analisarmos a viabilidade política da democracia liberal, as suas contradições ideológicas e sua incapacidade de promover uma sociedade incluyente, sustentável e que de fato faça valer o seu enraizamento concreto na soberania popular. Com efeito, a democracia liberal em ação, por se fundamentar conforme a lógica do mercado, é incapaz de resolver os problemas estruturais da sociedade industrial moderna, perpetuando então as desigualdades econômico-materiais do sistema capitalista para benefício de uma seleta elite plutocrática que jamais é afetada pelas contingências globais.

Cabe ressaltar que somente por esse viés se legitima objeções ao sistema democrático, pois se considera que a democracia tal como consolidada em muitos países de sólidas instituições perpetuam ainda assim as disparidades econômicas e que somente através de seu aprofundamento organizacional para além de estruturas mercadológicas seria possível a instauração de uma nova ordenança social comprometida com a emancipação humana perante toda forma de exploração e dominação econômica.

A fragilidade da democracia na era liberal

A “democracia” tal como estabelecida pela burguesia é um grande avanço em relação ao despotismo do Antigo Regime e seus privilégios patrimonialistas, e qualquer aspiração por um retorno aos heroicos tempos feudais e aos códigos de honra dos cavaleiros é uma estultícia reforçada pelos espetaculosos produtos da indústria cultural. Todavia, apesar de muitos sonhadores passadistas idealizarem os “gloriosos” tempos medievais como a grande era de ouro da nobreza humana, a realidade atual exige a máxima atenção, pois a grande serpente do fascismo inocula o seu veneno em nossa civilização que não esmagou definitivamente essa miséria política, de modo que o ideário fascista se apresenta em configurações perfeitamente alinhadas com a dinâmica do mercado ultraliberal. Com efeito, apesar de enunciar um discurso contrário ao establishment, o fascismo é por essência um dispositivo truculento convenientemente sacado pela classe detentora dos meios de produção para reprimir com eficiência qualquer tipo de mobilização social contrária ao superávit

econômico da plutocracia. Na encruzilhada entre a reação e a revolução, a burguesia sempre escolhe a primeira opção. Afinal, qualquer regime autoritário favorável ao bom andamento da lucratividade do mercado é benquisto pelo empresariado, mesmo que o preço a pagar seja a supressão das garantias civis, censura e instauração de práticas arbitrárias contra a população, e aqui mais uma vez vemos o risco político de se enaltecer o liberalismo econômico sem sua inerente complementação social (direitos humanos universais, garantismo penal, tolerância nos costumes). Conforme argumenta Daniel Guérin,

Quando o fascismo se apropria do poder, com o coração transbordante de reconhecimento pelosa magnatas que o financiaram, suas palavras e seus atos estão impregnados do liberalismo econômico mais puro. Ele proclama sua intenção de favorecer e proteger, de todas as maneiras, a propriedade privada, a iniciativa individual (GUÉRIN, 2021, p. 230).

O discurso eleitoral da direita xucra é um amálgama de pseudomoralismo que distorce as contradições sociais. O demagogo direitista aborda a questão da sacralidade da dita família tradicional e pretende legislar sobre sua privacidade sexual, mas pouco se importa com as condições laborais dos membros dessa celebrada família, circunstância concreta que prejudica a saúde estrutural dos seus integrantes (somente uma práxis política efetivamente democrática defende a boa ordenança familiar e é quem luta por lhe garantir boa empregabilidade, salário decente e acesso pleno aos serviços públicos). A direita xucra despeja críticas genéricas contra a corrupção, mas os seus adeptos e seus consortes ideológicos chafurdam até a medula em práticas políticas ignominiosas cada vez

mais inenarráveis. Coisa curiosa: a direita xucra condena o narcotráfico e vilipendia o consumo de drogas ilícitas, mas não contesta a associação promíscua entre as organizações milicianas (adeptas das mais horrendas práticas de terrorismo social) e as governanças envernizadas pelas tintas da moralidade hipócrita, pois é fato notório que diversos quadros direitistas são mancomunados com as quadrilhas milicianas e assim conseguem manter pelo cabresto uma legião de eleitores desamparados juridicamente, bem como enriquecem através de procedimentos fraudulentos que deterioram mais e mais a coisa pública. “Deus, Pátria e Família” é um lema para enganar os tolos aleatórios que vagam sem rumo em uma sociedade desorientada que é adestrada a vilipendiar os pretensos inimigos da ordem pública enquanto desviam o olhar para os crimes cometidos pela chusma reacionária.

Podemos listar ad nauseam as hipocrisias morais dos conservadores que defendem a sacralidade da família heterossexual. As classes dominantes são usualmente amorais, mas facilmente se pavoneiam como as defensoras do bem absoluto para que demarquem sua territorialidade em tempos de erosão institucional. Mas isso pouco afeta o modo de vida da elite asséptica, ela mesma posicionada para além de qualquer entrave jurídico que cerceie suas inclinações. A plutocracia, por natureza sociopata, mata e manda matar todos aqueles que são inválidos para a rentabilidade capitalista. O mercado só se acopla com a democracia e os seus frutos salutareos quando lhe é conveniente. Constatamos assim os limites axiológicos da responsabilidade social-empresarial e do marketing sustentável, pois corporações que fazem algumas concessões para as pautas da sustentabilidade e da diversidade profissional visando obter a adesão de

nichos sociais progressistas são as mesmas que ratificam agendas políticas destruidoras de direitos trabalhistas e financiam governanças alheias ao espírito republicano. Conforme aponta Leonardo Avritzer, “As manifestações do mercado têm de ser interpretadas indiretamente, não por meio do que dizem os seus representantes, mas através de movimentos financeiros em momentos cruciais” (AVRITZER, 2019, p. 169).

O golpismo fascistóide é sempre útil para a pujança do mercado ultraliberal. Declarações estapafúrdias de líderes disruptivos contra as instituições democráticas raramente abalam a “confiança” do mercado ou a efervescência da Bolsa de Valores. Conforme vimos insistindo, quanto mais autoritário um presidente mais vantajoso ele é para a manutenção dos interesses soberanos do empresariado ultraliberal, avesso aos parâmetros democráticos que, com todas as suas deficiências, edificaram as bases de uma ordenação social regida pelo debate, pela busca pelo consenso e pela conciliação de interesses. O espírito do mercado odeia a ideia de Ditadura Revolucionária do Proletariado, mas se ajoelha perante qualquer outro projeto ditatorial, seja militar, civil, assim como seus refugos autoritários, reacionários e bonapartistas. A grande meta do sistema ultraliberal (que sempre detém a agressividade policialesca quando necessário para ratificar os seus intentos nefandos), consiste em destruir qualquer tipo de concessão jurídica para as classes trabalhadoras e torná-las absolutamente subalternas e dóceis ao regime de precarização do capitalismo predatório, pois quando mais desamparada e quanto mais desunida mais fácil é controlar a massa laboral desprovida dos direitos legais mais primários. A ideologia ultraliberal escamoteia sua concepção de

Estado: engana-se quem acredita na aversão do mercado ao Estado, que lhe é sempre benevolente na dinâmica do capitalismo predatório, em nome do apregoado benefício público que a ação empresarial gera para a sociedade. Estado Mínimo para a efetivação dos direitos civis, Estado Máximo para reprimir levantes sociais, destruir as bases constitucionais e auxiliar empresas com perda de rentabilidade. O mote “mais empregos, menos direitos” é sinceramente agressivo em sua proposta de supressão da legislação trabalhista estabelecida, mas é completamente mentiroso acerca da criação de mais postos de trabalho: demite-se mais com menores entraves burocrático-jurídicos, e assim eventualmente contrata-se mais, até o momento em que uma nova leva de trabalhadores substituirá quem no momento está em atividade (precarizada, sempre importante ressaltar). Na vivência laboral do sistema ultraliberal, inexistente qualquer certeza profissional para o trabalhador assalariado, todo contrato é fluido e facilmente revogado até segunda ordem. Não é possível assim que se faça qualquer planejamento existencial de longo prazo, situação aviltante que, todavia, é celebrada pelos ideólogos do servo-mercado como um estímulo para a inovação, para a flexibilidade pessoal e para a pretensa desburocratização profissional. Permanece apenas a degeneração vital do trabalhador.

Somente uma liderança autoritária-reacionária consegue empreender esse papel avassalador de dominação bruta sobre as classes populares. Contudo, a violência governamental não é a única estratégia para obter a subjugação dos trabalhadores ao dispositivo ultraliberal. Sem o moralismo rasteiro propagado por especuladores da fé religiosa de segmentos obscurantistas cristãos, as massas trabalhadoras desalentadas talvez

desenvolvessem maior discernimento real acerca da sua condição material de exploração. Para essa teologia da miséria, prosperidade é fruto da extenuação psicofísica sem qualquer tipo de imprecação e da devoção profissional ao patrão. Quem lucra com essa nova técnica de servidão é justamente a classe empresarial, seja a que submete sua massa de trabalhadores ao serviço insalubre, seja a indústria farmacêutica que está sempre ativa na produção de remédios que combatem os males do feroz desgaste metabólico desses profissionais em risco de morte constante.

O caráter disruptivo do projeto fascista desvaloriza a constitucionalidade democrática pois esta pressupõe uma esfera pública pujante, participativa e deliberativa, o que não agrada ao seu espírito reacionário, defensor do autoritarismo que usualmente se camufla com trajes personalistas para melhor encantar as massas confusas que necessitam de um líder que as conduza ao pretense “caminho da vitória” (na verdade, ao caminho do caos: carestia, desemprego, insegurança pública, desassistência social). A esquerda radical (a que promove uma práxis que penetra na raiz dos problemas políticos), por sua vez, objeta a democracia institucionalizada não por suas pretensões multitudinárias de satisfazer aos anseios da maioria social, mas justamente pelo fato de que a democracia sob a égide da frágil constitucionalidade burguesa não realizar os objetivos emancipatórios das classes subalternas. A democracia sob o jugo da ordenança burguesa nunca é efetivamente democrática, mas antes um arremedo que apenas concede cidadania parcial para a população da base da pirâmide, constantemente esmagada por interesses elitistas naturalmente alheios ao bem comum. Tal como denunciada

sabidamente por Lenin em um contexto análogo ao que debatemos no momento,

A participação no parlamento burguês (que nunca decide as questões mais sérias da democracia burguesa: decidem-lhe a Bolsa e os bancos) encontra-se interdita às massas de trabalhadores por milhares de barreiras, e os operários, de maneira esplêndida, sabem e sentem, veem e tateiam, que o parlamento burguês é uma instituição alheia, um instrumento de opressão dos proletários pela burguesia, a instituição de uma classe hostil, de uma minoria de exploradores (LENIN, 2019, p. 82).

A esquerda reformista preferiu seguir o caminho parlamentar-institucional para tentar implementar mudanças significativas para a classe trabalhadora, usualmente espoliada pela elite rapinante, e tal via, ainda que mais confortável institucionalmente, sempre apresenta suas deficiências e assim surge o desapontamento das massas para com os seus representantes, daí a valiosa advertência leninista. No entanto, a práxis socialista se calca na realidade concreta e suas condições objetivas, de modo que mesmo a aspiração revolucionária considera razoável uma articulação política mais branda se ocorrer ganhos substantivos para as classes trabalhadoras, reconhecendo-se, todavia, que tal via garante apenas o mínimo para as massas. Nessas condições, por mais que exista constitucionalidade jurídica em uma sociedade fundamentada no modo de produção capitalista, jamais haverá para o povo democracia substantiva que lhe garanta os direitos efetivos de cidadania. Isonomia, por exemplo, é uma palavra morta para grande parte do tecido social, pois apenas está forjada na letra, mas quase nunca na prática. De toda maneira, a igualdade formal de todos perante a lei não é garantia de qualidade de vida para

a população desprovida dos meios de produção, que assim é explorada diariamente pela plutocracia e jamais consegue desenvolver uma forma de existência livre dessa asfixia econômica que na prática lhe deixa submetida ao regime do trabalho assalariado e suas consequências debilitantes para a saúde psicofísica.

Essa grande massa laborativa constantemente precarizada e subempregada prefere perder direitos trabalhistas conquistados através do sangue de combativos resistentes progressos do que correr o alardeado risco de adentrar na miséria absoluta, circunstância que evidencia a inexistência de igualdade concreta de condições das classes trabalhadoras em relação aos grupos mais abastados da sociedade capitalista. Mais ainda, não existe democracia autêntica sem a consolidação a reforma agrária, sem o estabelecimento da reforma da divisão espacial urbana tal como vigora na espoliação capitalista, sem o acesso pleno ao saneamento básico, sem oferta eficiente de serviços públicos fundamentais, sem um sistema educacional incluyente, sem difusão de bens culturais acessíveis, sem a integração social pelas tecnologias da informação, sem a supressão dos monopólios midiáticos que constroem a narrativa da realidade conforme suas orientações ideológicas e assim distorcem a compreensão dos fatos pela esfera pública.

Os ataques dos grupelhos direitistas aos profissionais da comunicação que denunciam os rompantes autoritários das governanças autoritárias são execráveis e denotam a ânsia obscurantista desses segmentos fascistóides, mas cabe ressaltar o papel deletério exercido pela mídia corporativa para desacreditar qualquer governança progressista que

ouse modificar o mínimo dos privilégios plutocráticos da sociedade capitalista. Por isso é fundamental que em um processo de reconstrução democrática de uma nação haja uma mudança efetiva na estrutura dos grandes meios de comunicação: urge que sejam submetidos ao crivo de comissões populares para que ressignifiquem o escopo ideológico das suas narrativas e assim transmitam com mais fidedignidade a perseguida verdade dos fatos. Diversas teorias comunicacionais desmistificaram a pretensa neutralidade jornalística e o modo como a opinião pública é forjada no cotidiano pela indústria da informação (que nunca é cultura nem conhecimento). Nenhum discurso é desprovido de intencionalidade e expressa sempre uma visão de mundo, cabe apenas que, no âmbito jornalístico, faça-se da atividade um ofício cidadão de apresentar para a sociedade os diversos aspectos da realidade narrada. De todo modo, a mídia hegemônica está intrinsecamente contaminada pela inserção de interesses elitistas na produção social da informação.

O grande empreendimento democratizante consiste não apenas em se incentivar práticas comunicativas comunitárias e alternativas, mas também formar melhor os profissionais da comunicação e aplicar em suas práticas maior controle deontológico por órgãos públicos independentes. Ressaltemos ainda que o sistema midiático tradicional cede cada vez mais espaço para os fluxos informacionais via aplicativos que são alvos fáceis para a difusão de mensagens falsas e que demandam um maior poder fiscalizatório das autoridades competentes (eleições são hoje decididas não em debates ou em campanhas oficiais, mas pela capacidade de se alcançar um público difuso através de meios diversos do establishment). Dessa

maneira, não apenas o sistema tradicional da informação deve ser submetido aos comitês populares dos movimentos sociais, mas também as tecnologias informacionais da Cibercultura e sua capacidade vertiginosa de se metamorfosear em aplicativos cujas empresas não aceitam qualquer ingerência jurídica em seus dispositivos. Sabemos claramente que grandes empresas patrocinam campanhas difamatórias contra lideranças políticas comprometidas com a democracia pois elegeram como representantes do poder governamental figuras que chancelam os seus interesses antissociais. Somente assim teríamos uma genuína mídia livre e não o seu simulacro gerenciado conforme a sanha da plutocracia, que condena governanças autoritárias apenas quando os seus interesses financeiros estão ameaçados pela sociedade civil convertida na condição de consumidora. Um grande conglomerado da comunicação diverge com justeza da sanha golpista de um presidente autoritário, mas esse mesmo conglomerado foi outrora condescendente com procedimentos antidemocráticos dessas figuras fascistóides, naturalizando assim essas situações que, em uma democracia substantiva, seriam imediatamente neutralizadas. Ninguém é inocente na orquestração do grande caos disruptivo que se consolida na sociedade iliberal.

Da mesma maneira, o poder judiciário é peça basilar para a organização do Estado Democrático de Direito, mas em sociedades tradicionalmente reacionárias e avessas ao pluralismo social, o poder judiciário chancela a opressão das classes dominantes sobre a grande massa de subalternos. Quando as lideranças disruptivas despejam os seus ataques ferozes contra as instituições judiciárias vemos o grande perigo no qual nossa estruturação republicana está

imersa, mas esse mesmo sistema judiciário foi sucessivamente leniente com as manobras escusas operadas pelo grande empresariado, pelas corporações financeiras e pelos partidos políticos fisiológicos. Mais ainda, a toga sempre se submeteu ao fetiche e ao clamor virulento da farda. O fascismo se traveste muito bem com o hábito jurídico-penal. As ameaças militaristas contra o status quo apenas recebem como contraponto voláteis notas de repúdio, incapazes, portanto, de destruir a vigília das armas que antecedem o grande golpe de ruptura institucional. Mais uma vez, ninguém é inocente na orquestração do grande caos disruptivo. Urge, portanto, que ocorra uma transformação total no sistema judiciário para que se adeque como guardião pleno da democracia social.

A democracia burguesa pretende ofertar o mínimo para a população e perpetuar sua abastança material-financeira sem vir a ser questionada em sua hegemonia. A grande questão reside então em estabelecermos qual base democrática queremos para nossa sociedade, uma que efetivamente realize a transformação estrutural da coisa pública ou uma que apenas evite a eclosão da explosão social e afaste dos seus quadros os arroubos extremistas, ainda que não hesite em convocá-los quando o status quo é ameaçado pela insurgência social. Nessas condições, a única alternativa verdadeiramente democrática ao regime plutocrático que vigora consiste no projeto socialista, pois toda promiscuidade entre as mais sinceras governanças progressistas e os próceres do mercado que apoiam eventualmente essas gestões inevitavelmente exigirá concordatas antipopulares. Cabe ressaltar que o regime democrático, mesmo falho, ainda é muito mais fiável do que qualquer outra forma de governança verticalizada que se arrogue detentora da solução para os problemas

estruturais do país e que apela para as manobras fascistóides para instaurar pela força militar e pela corrupção do sistema social seu poder.

A extrema-direita, adepta do autoritarismo como seu trunfo gerencial, apresenta sua incompatibilidade essencial com as instituições republicanas e não hesita em empreender os meios mais sórdidos para implementar o seu regime autoritário quando a oportunidade política é favorável para os seus intentos criminosos. Obviamente que a cúpula do poder não consegue realizar as manobras golpistas sem o suporte material-operacional de outras corporações e segmentos sociais. Quem financia tais atos antirrepublicanos são empresas diretamente beneficiadas com o fechamento do regime democrático, seitas religiosas propagadoras de narrativas de ódio e de sectarismo intolerante, parlamentares oportunistas que blindam as ações executivas com suas manobras obscuras, organizações milicianas impositoras do terrorismo social sobre as populações das áreas sob o seu controle, assim como representantes do poder judiciário que galgam sólidas carreiras no setor para que beneficiem terceiros em ações ilegais. A manipulação sobre os afetos das massas também é um recurso fundamental para o fortalecimento da extrema-direita, pois a base da pirâmide, usualmente empobrecida, recebe as enunciações demagógicas da liderança autoritária como uma voz messiânica que lhe livrará da miséria social contra os seus imputados inimigos privilegiados (servidores públicos, professores, políticos defensores de pautas progressistas que pretensamente atentam contra a moralidade inquestionável da família cristã).

Considerações finais

O que compreendemos por esfera democrática está sob ameaça de erosão na dimensão global, inclusive em nações de longa história republicana e solidez institucional. Contudo, conforme tentamos apresentar no decorrer desse artigo, a crise da democracia liberal decorre dos próprios vícios do sistema em vigor, que mascara as contradições sociais em nome da ordem nacional. Vive-se então sob uma oscilação entre a vida cidadã plena de direitos e o arbítrio estrutural dos poderes estabelecidos, afetando usualmente as camadas mais pobres da sociedade. Quando o que temos de constitucionalidade democrática é ameaçada por forças fascistóides que se utilizam inclusive da máquina pública para operar esse processo reacionário, o que urge não é a defesa dessa esqualida ideia de democracia configurada conforme o liberalismo econômico e as forças infíeis do mercado, mas sim sua superação radical mediante a coragem política de se afirmar para além de toda estrutura jurídico-parlamentar uma ideia de democracia radical, democracia social, que somente se efetiva pelo revolucionamento social. Caso contrário, precisaremos sempre depender de lideranças progressistas bem-intencionadas que não enfrentam os problemas estruturais da sociedade capitalista pela raiz, mas que buscam apenas resoluções fugidias e imediatas para tais impasses sociais, permanecendo-se assim em um ciclo contínuo de estabilidade política e risco disruptivo, flutuação sempre perigosa para a saúde social. Obviamente que, em um quadro de degenerescência do espírito democrático, precisamos nos fiar nas figuras e partidos que mais contemplem a efetivação dos direitos sociais, mesmo que através de conciliações e concessões

programáticas. Um processo de reconstrução democrática é paulatino e nem sempre orquestrado de maneira revolucionária. No entanto, não podemos nos acomodar com pequenas conquistas que jamais permitem a plena vivência democrática e que apenas adiam a instauração violenta da barbárie operada pelas forças reacionárias da plutocracia capitalista. Somente nos antecipando ao processo disruptivo da avalanche ultraliberal podemos instaurar uma democracia plena que ratifique uma política humanista concreta, feita por pessoas vivas para pessoas vivas.

Referências

AVRITZER, Leonardo. **O pêndulo da democracia**. São Paulo: Todavia, 2019.

GUÉRIN, Daniel. **Fascismo e Grande Capital**. Trad. de Lara Christina de Malimpensa. Campinas: Ed. UNICAMP, 2021.

LENIN, Vladimir I. “A Revolução Proletária e o renegado Kautsky” In: **Democracia e Luta de Classes**. Trad. de Paula Vaz de Almeida. São Paulo: Boitempo, 2019, p. 63-153.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma revolução democrática da justiça**. São Paulo: Cortez, 2011.

Recebido em 2022-04-19

Publicado em 2022-05-01